



BANCARINHO

Edição

814

30/11/2016 - ANO: XII



CONTRAF CUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Dia Nacional de luta contra o desmonte no Banco do Brasil

Para dar continuidade aos protestos contra o desmonte do BB, o Sindicato realizou, nesta terça-feira 29/11 manifestações na agência centro em Dourados.

O ato faz parte das mobilizações dos trabalhadores da instituição que vem sofrendo desde o anúncio do fechamento, em 2017, de 402 unidades no país.

No Mato Grosso do Sul, duas agências serão fechadas em Campo Grande (Cachoeira e Parque das Nações) e uma em Corumbá. Outras quatro serão transformadas em postos de atendimento: Campo Grande (UFMS), Rio Negro, Ponta Porã e em Dourados, a agência do Shopping dará lugar a um Posto de Atendimento.

Além disso, o PEAI (Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada), cujo intuito é reduzir

18 mil postos de trabalho. A justificativa do BB, na contramão do papel que a instituição tem desempenhado no país, de fomento ao desenvolvimento social, é cortar R\$ 750 milhões em despesas, R\$ 450 milhões com a nova estrutura organizacional e R\$ 300 milhões com redução de custos com transporte de valores, segurança e imóveis.

A medida, além de enfraquecer o banco, deteriora de vez as condições de trabalho e qualidade do atendimento. Haverá sobrecarga das agências remanescentes com a carteira de clientes das unidades extintas.

Segundo avalia o diretor do Sindicato dos Bancários, Edegar Alves Martins os funcionários do Banco do Brasil parecem reviver a década de 1990, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso pretendia privatizar a estatal. Agora, é vez de Michel Temer querer o desmonte ao anunciar uma reestruturação que pelo visto tem o mesmo objetivo.

Centrais defendem acordos para combater o desemprego com a lava jato

As centrais sindicais reconhecidas formalmente divulgaram ontem (29) nota conjunta em que defendem a regulamentação de acordos de leniência para que as empresas envolvidas na Operação Lava Jato possam manter suas operações e estancar o processo de extinção de postos de trabalho. No texto, as entidades analisam os impactos das investigações no mercado de trabalho e mostram que, desde que a operação foi deflagrada, no início de 2014, 87 mil postos de trabalho foram desativados em 29 empresas do setor de infraestrutura. "Some-se

a esse número outros 65 mil empregos indiretos que se estima terem sido eliminados nas empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de insumos", afirmam CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT.

Mas o impacto é ainda maior, diz o documento, diante do fato de que para cada R\$ 1 milhão investido no setor de construção pesada, R\$ 1,6 milhão é movimentado na economia. "...o impacto negativo da operação Lava Jato em toda a economia seria de 1,9 milhão de empregos eliminados, que representariam cerca de R\$ 22,4 bilhões em salários", sustentam as centrais, considerando dados de consultores do mercado de trabalho.

Programa deve ser renovado

Em reunião realizada no dia 24/11, em Brasília como o ministro da Cultura, Roberto Freire, representantes dos bancários através da Contraf-Cut cobraram a renovação do programa federal que instituiu o vale-cultura.

Na avaliação dos dirigentes sindicais, a conversa foi muito proveitosa e pelo que tudo indica o programa será renovado.

Trata-se de uma boa notícia para os bancários para a categoria que utilizam muito e não querem ficar sem esse direito.

Atualmente, 162 mil bancários têm direito ao vale-cultura, o que representa 32% da categoria no país. Segundo informou o ministro é possível renovar o programa mesmo por medida provisória ao Congresso, por isso ele deverá solicitar ao presidente da Câmara que coloque na pauta de votação, por isso, vamos acompanhar e manter a mobilização para garantir essa política que está garantida em nossa convenção coletiva.

PM agride manifestantes contra a PEC 55

Estudantes, trabalhadores e representantes de movimentos sociais foram reprimidos na terça 29, em Brasília. Eles estavam mobilizados contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que visa a um ajuste fiscal congelando os investimentos da União por 20 anos.

Os diretores do Sindicato dos Bancários de Dourados, Ronaldo Ferreira, Edson Rigoni, Raul Verão, Carlos Longo e o representante do Conselho Fiscal e Deputado Estadual João Grandão também participaram do ato. Os senadores não se sensibilizaram e assim como os deputados, aprovaram a PEC em primeiro turno. A nova votação acontecerá no dia 11/12.